



P A R E C E R
TC-003318.989.20-9

Prefeitura Municipal: Itapetininga.

Exercício: 2020.

Prefeita: Simone Aparecida Curraladas dos Santos.

Advogados: Aline Aparecida Castro (OAB/SP nº 208.057) e Francisco Antonio Miranda Rodriguez (OAB/SP nº 113.591).

Procurador de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalizada por: UR-9.

Fiscalização atual: UR-9.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. RECOMENDAÇÕES. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS	RESULTADOS
Ensino	25,68% ✓
FUNDEB	100% ✓
Magistério	68,57% ✓
Pessoal	43,98% ✓
Saúde	36,74% ✓
Execução Orçamentária	Superávit de 1,01% = R\$ 4.926.373,27
Resultado Financeiro	Superávit = R\$ 14.321.486,54
Precatórios	Regular ✓
Encargos Sociais	Regular ✓
Transferências ao Legislativo	Regular ✓

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de outubro de 2022, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 21 de novembro de 2022.

RENATO MARTINS COSTA

PRESIDENTE e RELATOR

2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93, devendo a Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dar ciência a este Tribunal das medidas adotadas. Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Publique-se.

São Paulo, 25 de novembro de 2022. SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE E RELATOR
A C Ó R D ã O
TC-000415/026/12

Contratante: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP.

Contratada: Manuela Patrimonial Ltda.

Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Santa Maria, 245 e 257, Tatuapé, Capital, destinado a abrigar as dependências do Foro Regional do Tatuapé e Amarelhados do Tribunal de Justiça.

Responsável pela Autorização e Ratificação da Dispensa de Licitação: José Roberto Bedran (Presidente do TJSP).
Responsáveis pelo(s) Instrumento(s): José Roberto Bedran, Ivan Ricardo Gariso Sartori, José Renato Nalin, Paulo Dimas de Belis Mascaretti e Geraldo Francisco Pinheiro Franco (Presidentes do TJSP).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93). Contrato de 29-09-11, valor – R\$15.226.500,00. Reajustes: Contratos de 03-02-12 e 22-02-13. Termos de Apostilamento de 20-02-14 e 27-01-15. Termos Aditivos de 16-05-17, 05-08-20 e 07-01-21.

Procuradores de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior e Letícia Formoso Delain Matuck Feres.

Procuradores da Fazenda: Evelyn Moraes de Oliveira, Vera Wolff Bava e Carim José Feres.

Fiscalização atual: GDF-2.

EMENTA: CONTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. JUSTIFICATIVAS: CUMPRIMENTO DA COMPATIBILIDADE DE PREÇOS COM O MERCADO. REGULAR. TERMOS ADITIVOS. REAJUSTES EM PERCENTUAL IGUAL OU INFERIOR AO ÍNDICE ECONÔMICO PREVISTO EM MERCADO. DEMONSTRATIVO DE CÂLCULO DE REEQUILÍBRIO. REGULAR. RECOMENDAÇÃO. APOSTILAMENTOS. CONHECIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de outubro de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, julgar regulares a Dispensa de Licitação, o Contrato e os termos de Aditamento, com a consequente ratificação das despesas decorrentes, bem como conhecer dos Demonstrativos de Cálculo de Reajuste, de 03/02/2012 e 22/02/2013, e das Apostilas, de 20/02/2014 e 27/01/2015, sem prejuízo das recomendações assinaladas no voto do Relator, insendo aos autos. Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. João Carlos Pietropoli. Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Publique-se.

São Paulo, 25 de novembro de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE E RELATOR

A C Ó R D ã O

TC-05394/026/90

Contratante: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP.

Contratada: Marcílio Gonçalves de Carvalho, Marina Menezes de Carvalho, Adriana Del Castillo Nunes, Alessandra Del Castillo e Alex Del Castillo.

Objeto: Locação de imóvel situado na Rua Dr. João Ribeiro nº 433/439 – Bloco A, destinado a abrigar os cartórios da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Responsável: Geraldo Francisco Pinheiro Franco (Presidente do TJSP).

Em Julgamento: Termos Aditivos de 06-09-19 e 25-09-20. Procurador da Fazenda: Carim José Feres.

Fiscalização atual: GDF-2.

EMENTA: CONTRATO. TERMOS ADITIVOS. AUSÊNCIA DE APOSTILAMENTOS. AUSÊNCIA DE APOSTILAMENTO DO ARTIGO 2º, XVII, DA LCE Nº 709/93. REGULAR.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de novembro de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, decidir julgar regulares os Termos Aditivos nos 16 e 17, bem como legais os atos ordenadores das despesas decorrentes. Presente a Procuradora da Fazenda do Estado, Dra. Débora Sammarco Milena. Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Renata Constante Cestari.

Publique-se.

São Paulo, 29 de novembro de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE E RELATOR

A C Ó R D ã O

TC-001765/01012

Órgão Público Concessor: Secretaria de Estado da Saúde

– Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde – CGCCS.

Órgão Público Beneficiário: Universidade Estado de Campinas – Unicamp, com intervenção da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp – Funcamp.

Responsáveis: Giovanni Guido Cerri (Secretário Estadual), Nilson Ferraz Paschoa (Coordenador da CGCCS), Sonia Aparecida Alves (Assistente de Coordenador da CGCCS), Fernando Ferreira Costa (Reitor da Unicamp), Paulo César Montagner (Diretor-Executivo da Funcamp) e Ademir Yamanaoka (Executivo do AME São João da Boa Vista).

Em Julgamento: Prestação de contas – repasses intergovernamentais.

Exercício: 2011.

Valor: R\$988.834,51.

AdvoGados: Beatriz Ferraz Chiozzini David (OAB/SP nº 149.011), Luciana Albicocco Barbosa Catalano (OAB/SP nº 162.863), Benedito Paes Silvano Neto (OAB/SP nº 175.259), Maximilian Koberle (OAB/SP nº 178.635), Arcênio Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 183.031), Fernanda Luiza Costante Silvano (OAB/SP nº 210.899), Lívia Ribeiro de Pádua Duarte (OAB/SP nº 317.158), Daniela Gilo Rocha (OAB/SP nº 380.845) e outros.

Acompanha: TC-02531/026/16.

Procuradores de Contas: Letícia Formoso Delain Matuck Feres e José Mendes Neto.

Procuradores da Fazenda: Luiz Menezes Neto, Claudia Távora Machado V. Nicolau, Vera Wolff Bava e Denis Dela Vedova Gomes.

Fiscalização atual: UR-19.

EMENTA: REPASSES. PRIMEIRO SETOR. CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. SERVIÇOS DE SAÚDE. DESCUMPRIMENTO DE METAS. RELEVAMENTO NO CASO CONCRETO. COBRANÇA DE TAXA ADMINISTRATIVA. PRECATORIO DE GASTOS FINANCEIROS. ROTEIRO DE DESPESAS DE CUSTEIO. REGULAR. RECOMENDAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 25 de outubro de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, julgar regular a prestação de contas em exame, quitando-se os responsáveis no valor efetivamente aplicado de R\$ 1.582.471,58, sem prejuízo da recomendação assinalada no voto do Relator, insendo aos autos. Por fim, determina que a aplicação do saldo dos recursos não utilizados, no valor de R\$ 1.504.223,01, deverá ser objeto de exame na prestação de contas relativa ao exercício subse-

quente. Presente o Procurador da Fazenda do Estado, Dr. João Carlos Pietropoli. Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Publique-se.

São Paulo, 25 de novembro de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE E RELATOR

A C Ó R D ã O

RECURSO ORDINÁRIO

TC-000415/011/15

Recorrente: Monteiro e Monteiro Advogados Associados e César Schumacher de Alonso Gil – Ex-Prefeito do Município de Américo de Campos.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Américo de Campos e Monteiro Advogados Associados, objetivando a prestação de serviços jurídicos de assessoria e consultoria na área tributária, incluindo elaboração de cálculos referentes ao FUNDEF.

Responsável: César Schumacher de Alonso Gil (Prefeito).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra sentença, publicada no D.O.E. de 16-08-17, que julgou irregulares a inexigibilidade de licitação e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 300 UFPEF, ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Bruno Romero Pedrosa Monteiro (OAB/PE nº 11.338), Hudson Augusto Bacani Rodrigues (OAB/SP nº 312.846), Ronaldo Sanches Trombini (OAB/SP nº 169.297), Jerônimo Figueira da Costa Filho (OAB/SP nº 73.497) e outros.

Procuradora de Contas: Elida Graziane Pinheiro.

Fiscalização atual: UR-11.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO. FALTA DE REGULAR NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA. NULIDADE. PRELIMINAR ACOLHIDA.

É nula a decisão fundamentada em argumentos sobre os quais os interessados pela empresa contratada não foram formalmente notificados a prestar esclarecimentos, por restar cercado o direito de defesa das partes, em observância ao devido processo legal.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de novembro de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, preliminarmente conhecer dos Recursos Ordinários e, acolhendo a preliminar arguida, decretar a nulidade da sentença combatida, determinando, por economia de recursos, o arquivamento dos autos, nos termos do artigo 4º da Resolução nº 04/2015, alterado pelo artigo 3º da Resolução nº 03/2020. Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Renata Constante Cestari.

Publique-se.

São Paulo, 25 de novembro de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PRESIDENTE E RELATOR

A C Ó R D ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-021195.989.22.3.

Representante: Monteiro Urbanismo Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Sorocaba.

Assunto: Concorrência nº 03/21, do tipo menor preço global, que tem por objeto a "execução de serviços de duplicação e pavimentação da Avenida Três de Março, entre a Avenida Engenheiro Carlos Reinhold Mendes e a Rua Quirino de Melo, no Município".

Assunto: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Rodrigo Magalhães (Prefeito).

Subsritora do edital: Luciana Mendes da Fonseca (Secretária de Administração).

Advogados cadastrados no e-TCESP: Luiz Fernando Scapol (OAB/SP nº 279.603), Douglas Domingos de Moraes (OAB/SP nº 185.885), Alexandre Junger de Freitas (OAB/SP nº 281.731), Érika Capella Fernandes (OAB/SP nº 330.935).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. Duplicação e pavimentação de ruas. INEXISTÊNCIA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA. REQUISIÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADES SEM RELEVÂNCIA FINANCEIRA OU TÉCNICA. SERVIÇOS NÃO SUJEITOS À FISCALIZAÇÃO DO CREA/CAE E INCOMPATIBILIDADE COM AS ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA. GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO. PRAZO NÃO CONDIZENTE COM A VALIDADE DA PROPOSTA. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

ACORDA o E. Plenário, em sessão de 23 de novembro de 2022, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscreto estritamente às questões analisadas, em considerar parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos da lei.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 23 de novembro de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-020594.989.22.0.

Representante: OPC Construções e Serviços Eireli.

Representada: Prefeitura Municipal de Registro.

Assunto: Concorrência nº 06/2022, do tipo maior desconto, que tem por objeto o "registro de preços objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços gerais de manutenção preventiva, corretiva, reparações, adaptações, modificações e modificações em prédios cuja responsabilidade é da Secretaria Municipal de Educação, e em locais onde a execução destes serviços seja de responsabilidade da municipalidade de registro com fornecimento de materiais de primeira linha e mão de obra especializada, conforme tabela de custo FDE/abril de 2022".

Em Julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Nilton José Hirota da Silva (Prefeito).

Subsritor do edital: Arnaldo Martins dos Santos Junior (Secretário Municipal de Administração).

Advogados cadastrados no e-TCESP: Andressa Francieli Gonçalves de Souza (OAB/SP nº 412.667), Katia Regina da Silva (OAB/SP nº 215.036) e Gabriela Samadello Monteiro de Barros (OAB/SP nº 304.314).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS INDEFINIDAMENTE. OBJETO AGLUTINAÇÃO DE AMPLA GAMA DE SERVIÇOS NÃO AFINS. HABILITAÇÃO TÉCNICA. EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADES DE CARÁTER SECUNDÁRIO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE SAMANEAMENTO A POSTERIORI DA REGULARIDADE TRABALHISTA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. VIDE ORIGEM. ANULAÇÃO. PROCEDÊNCIA.

ACORDA o E. Plenário, em sessão de 23 de novembro de 2022, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscreto estritamente às questões analisadas, em considerar parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos da lei.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 23 de novembro de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-021732.989.22.3.

Representante: Jairo José Camargo Neves

Representada: Fundação Caixa Beneficente dos Servidores da Prefeitura de Tatuapé – FUNCASES.

Assunto: Pregão presencial nº 14/22, do tipo menor percentual de taxa de administração, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de vale alimentação em forma de cartão magnético-eletrônico com chip, em base mensal, e de vale benefício natalino em forma de cartão magnético-eletrônico com chip, em base anual".

Em Julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Ângela Petri (Diretora-Presidente).

Subsritor do edital: Camilla de Souza Costa (Presidente).

Advogado cadastrado no e-TCESP: Jairo José Camargo Neves (OAB/SP nº 287.344).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E DE VALE BENEFÍCIO NATALINO. EXIGÊNCIA DE EXTENSA REDE CIRCULAR. PRAZO EXIGENTE PARA CREDENCIAMENTO. IMPRÓPRIA SUBSCRIÇÃO DO EDITAL PELO PREGOEIRO. PROCEDÊNCIA.

taquigráficas, circunscreto estritamente às questões analisadas, em considerar parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

Publique-se.

São Paulo, 23 de novembro de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-021349.989.22.8.

Representante: Futura Comércio de Materiais Educacionais Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Guarujá.

Assunto: Pregão presencial nº 16/2022, do tipo menor preço por lote, que tem por objeto o "registro de preços para aquisição e fornecimento de materiais escolares para formação de Kits, para entrega ponto a ponto, nas escolas da rede de ensino da Secretaria Municipal de Educação, por um período de 12 (doze) meses, para uso dos alunos, professores, auxiliar de desenvolvimento infantil e papéis no ano letivo de 2023".

Em Julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Valter Suman (Prefeito).

Subsritor do edital: Márcio Reis dos Santos (Secretário Municipal de Educação).

Advogados cadastrados no e-TCESP: Marcelo Tadeu do Nascimento (OAB/SP nº 170.758) e Rodrigo Florido Lúcio (OAB/SP nº 364.824).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES. EXCESSO DE ESPECIFICAÇÕES. IMPOSIÇÃO DE LAJURES PARA PRODUTOS COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DO INMETRO. ATENÇÃO COM BASE EM NORMA INTERNACIONAL. RECOMENDAÇÃO SEGREGAÇÃO DE ITENS PERSONALIZADOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

ACORDA o E. Plenário, em sessão de 23 de novembro de 2022, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscreto estritamente às questões analisadas, em considerar parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos da lei.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 23 de novembro de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-021474.989.22.5.

Representante: SW Sistemas de Gestão Web Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Batatais.

Assunto: Pregão eletrônico nº 78/2022, do tipo menor preço por lote, que tem por objeto o "fornecimento de solução informatizada de gestão de saúde para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde".

Em Julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Luis Fernando Benediti Gaspar Junior (Prefeito).

Subsritor do edital: Bruna Francielle Toneti (Secretária Municipal de Saúde).

Advogados cadastrados no e-TCESP: Ricardo Alexandre Augusti (OAB/SP nº 250.538), Priscila Costa de Alvaranga Martins (OAB/SP nº 248.914) e Mathias Paraco Zanetti (OAB/SP nº 284.949).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO INFORMATIZADA DE GESTÃO DE SAÚDE. DEMONSTRAÇÃO DO SISTEMA. DESARRAZADO PATAMAR FIXADO. FALTA DE FIXAÇÃO DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS. INDEVIDA REQUISICÇÃO DE ASSINATURA DO CONTRADOR NO DEMONSTRATIVO DE ÍNDICES CONTÁBEIS. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES ACERCA DA MIGRAÇÃO E CONVERSÃO DE DADOS. DESARRAZADA BASE DE CÂLCULO PARA APLICAÇÃO DE MULTAS POR INEXEÇÃO PARCIAL DO AJUSTE. CÂNCERES DE PREVENÇÃO DE SANEAMENTO A POSTERIORI DA REGULARIDADE TRABALHISTA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. RESTRIÇÃO À DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ME E EPP. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

ACORDA o E. Plenário, em sessão de 23 de novembro de 2022, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscreto estritamente às questões analisadas, em considerar parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos da lei.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 23 de novembro de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-021732.989.22.3.

Representante: Jairo José Camargo Neves

Representada: Fundação Caixa Beneficente dos Servidores da Prefeitura de Tatuapé – FUNCASES.

Assunto: Pregão presencial nº 14/22, do tipo menor percentual de taxa de administração, que